

'Política ambiental estará no coração do governo'

Jamil Bittar/Reuters

70

Futura ministra do Meio Ambiente, Marina diz que adotar Agenda 21 será umas das prioridades

SANDRA SATO

BRASÍLIA – Ainda emocionada com o anúncio do seu nome para ministra do Meio Ambiente do governo Lula, a senadora Marina Silva (PT-AC), adiantou que pretende pôr a política ambiental no coração do governo e trabalhar em parceria com a sociedade. "Controle social é fundamental no governo", afirma. Outra prioridade é a implementação da Agenda 21 baseada no desenvolvimento sustentável. A futura ministra insistirá na moratória do cultivo dos transgênicos no Brasil com fins comerciais, por uma questão de precaução.

Humilde, ressalta que ainda aguarda o convite oficial do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que confirmou a senadora para o ministério durante viagem a Washington. "É responsabilidade grande, um desafio e uma homenagem à memória do Chico Mendes", comentou Marina Silva, que há 15 anos quando ainda era "muito jovem" acompanhou a luta do líder dos seringueiros no Acre contra as setores conservadores. Chico Mendes foi a Washington denunciar que os projetos de infraestrutura financiados com dinheiro do BID estavam degradando os recursos naturais da Amazônia e a criando sérios problemas para as populações tradicionais. Acabou assassinado.

Ela lembra que naquele tempo para ser recebido pelo representante do Ibama em Xapuri precisava ligar para Fernando Gabeira e a Mary Alegretti (o deputado e secretária da Amazônia), além de outras pessoas. Agora, Lula convida a "pessoa que enfrentava esta dificuldade para operar a política ambiental", emocionou-se Marina. "Nunca passou pela minha cabeça que um dia pudesse ser pensada para ser ministra do meio ambiente."

Estado – Quais serão suas principais ações à frente do ministério?

Marina Silva – Eu ajudei a coordenar o programa de meio ambiente e qualidade de vida e o programa para a Amazônia, ao lado de muitas pessoas e entidades. Os eixos discutidos serão os norteadores da política ambiental. Uma prioridade é pôr política ambiental no coração do governo. Ou seja, o ministério não pode ser uma pasta isolada das demais políticas do governo, o empenho da preservação do meio ambiente deve estar presente do planejamento à reforma agrária. Isso não é feito puramente por decreto. Pre-

“O empenho da preservação do meio ambiente deve estar presente do planejamento à reforma agrária. Isso não é feito por decreto”



Marina Silva, ao lado de cartaz com a foto de Chico Mendes: 'É responsabilidade grande, uma homenagem à memória do Chico Mendes'

cisa ser construído. O segundo aspecto se refere ao controle social. Para ter êxito, qualquer política ambiental tem de acontecer com a participação de organizações não-governamentais, entidades, sindicatos, formadores de opinião e comunidade científica. É impossível o Estado fazer frente a toda esta demanda sozinho. Controle social é fundamental no governo. O terceiro aspecto é a implementação da Agenda 21 que é centrada no desenvolvimento sustentável.

Estado – A senhora insistirá na moratória para transgênicos no Brasil?

Marina – A moratória não significa estancar a pesquisa. Mas não permitirá o cultivo com fins de comercialização, porque tanto a Constituição de 88 quanto a Agenda 21 estabelecem o princípio da precaução. É melhor esperar, enquanto não se tem certeza de que o investimento não causará danos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. No momento em que se tiver esta

certeza, não há por que ser contra a um avanço tecnológico. A ciência precisa avançar sim, principalmente no campo da biotecnologia.

Estado – Há quem diga que o Brasil corre risco de perder mercado se não investir logo em transgênicos.

Marina – A pesquisa não vai parar, por isso não teremos prejuízos. Além disso, a Comunidade Européia fala em comprar por três anos produtos li-

vres de transgênicos. O Canadá, a Argentina e os Estados Unidos que são os maiores produtores de soja transgênica não poderão fornecer produto com esta qualidade. Quem poderá se credenciar é o Brasil.

Estado – Um dos grandes problemas será o combate à exploração ilegal de madeira, principalmente a de mogno?

Marina – Do ponto de vista da legislação está bem cercado, com a Lei de Crimes Ambientais e o próprio Código Florestal. O que não temos é o aporte de recursos necessários e estrutura para as ações de comando e controle porque o Ibama, no que pese os esforços, ainda tem uma ação bem menor do que as necessidades de combater à contravenção. O Ibama é uma marca, um patrimônio do povo brasileiro, precisa ser reforçado no positivo e transformado no déficit de atendimento que deve prestar. O que tem de fazer é ação em duas direções: combater o crime de exploração irregular e criar instrumentos econômicos para que os recursos florestais possam ser utilizados de forma correta. Você pode explorar madeira desde que seja com manejo florestal, com licenciamento, com fiscalização e madeira certificada garantindo que a exploração foi de forma sustentável do ponto de vista social e ambiental.

Estado – Os madeireiros que fazem exploração ilegal também estão ligados a tráfico de drogas.

Marina – É um diálogo que acaba acontecendo pela natureza da atividade ilegal. Mas não dá para tratar todo o setor como criminoso. Você tem milhares e milhares de pessoas que vivem desta atividade, que geram empregos e até estão em situação irregular por falta de ação do próprio Estado no sentido de fazer com que possam

se regularizar e tenham os instrumentos adequados de fomento para fazer sua atividade sustentável. Ao invés de ficar só dizendo como não fazer, você deve criar a forma correta de fazer.

Estado – O combate à biopirataria será prioridade para o ministério?

Marina – Continuarei o esforço que faço há 8 anos para aprovar no Congresso um projeto que regulamente o acesso a recursos da biodiversidade, à altura do patrimônio genético que temos. O Brasil é o país de maior biodiversidade do planeta. O que temos é uma medida provisória que considero um instrumento inadequado. Precisamos do controle da sociedade. Praticar biopirataria pode seguir as mais diferentes formas, encontrar oportunidades em vários locais. Não dá para colocar um fiscal do Ibama em cada pé de surucucu na Amazônia. Ou é por processo de consciência, com instrumentos econômicos necessários ou está fadado ao fracasso.

Estado – A sua origem foi na extração de borracha, tem algum projeto específico para este setor?

Marina – O que salvou a borracha nativa e a de cultivo nos últimos anos foi o esforço do Conselho Nacional de Seringueiros e o meu esforço no Senado para aprovar um subsídio de R\$ 0,90 por quilo. Parecia blasfêmia falar em atividade subsidiada, mas argumentamos que se as comunidades ex-

trativistas parassem de ter na borracha a fonte de sobrevivência fariam pressão na floresta. Isso seria danoso. Esta política está numa fase final e precisará ser revista.

Estado – O governo Lula conseguirá finalmente converter em lei as alterações do Código Florestal?

Marina – A pressão da sociedade barrou o projeto do deputado Moacir Micheletto que pretendia ampliar o corte raso na Amazônia. O Código precisa de modificações para adaptar a nova legislação ambiental feita no País, mas não pode ser feito no "olhômetro". Precisamos do Zoneamento Ecológico Econômico, sobretudo na

Amazônia, que seja feito para toda a região, depois se desdobre para Estados e municípios. Precisamos criar parâmetros para o zoneamento, isso não significa engessar, mas extrair da realidade as suas potencialidades. O zoneamento não é uma peça puramente técnica, é sobretudo uma peça de diálogo. Por exemplo, você tem áreas que não são propícias à agricultura mas já foram completamente tomadas pela agricultura. Você não terá como mudar a realidade. Agora, onde tem área de grande concentração de biodiversidade como é o caso Serra do Divisor no Acre, a maior do planeta, com certeza aquela área não pode ser destinada para agricultura porque ainda há tempo para fazer este planejamento. É uma necessidade estratégica.

“O Ibama é uma marca, um patrimônio do povo brasileiro, precisa ser reforçado no positivo”